

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

O TERRITÓRIO MBYÁ-GUARANI: ALIMENTAÇÃO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA¹

THE MBYÁ-GUARANI TERRITORY: FOOD, IDENTITY AND RESISTANCE

Vandreza Amante Gabriel², Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves Da Silva³

¹ Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/ PPGDR-FURB.

² Bolsista Demanda Social/ CAPES, vamantegabriel@gmail.com.

³ Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/PPGDR-FURB, marildacheccucci@hotmail.com.

1. Introdução

Para iniciar este artigo discutiremos a colonização e algumas de suas consequências no território latinoamericano, apresentando questões relacionadas ao processo de desenvolvimento na América Latina e no Brasil, incorporando algumas informações sobre o grupo Mbyá-Guarani com base nas leituras e experiências adquiridas até o presente momento com a observação que vem se fazendo em campo. Este trabalho tem em vista entender processos que abordem a relação dos grupos indígenas com a sociedade envolvente, estando a pesquisa diretamente relacionada às permanências e mudanças na alimentação Mbyá-Guarani, grupo autóctone. A metodologia está alicerçada na pesquisa etnográfica reportando-se à história da América Latina e dos povos originários e a observação no trabalho de campo que vem sendo feito junto aos Mbyá-Guarani do *tekoá vy'a* de Major Gercino, Santa Catarina, Brasil.

2. A colonização e a América Latina

No livro “1492: o encobrimento do outro”, Dussel (1993) traz uma série de conferências de Frankfurt que apresentam fatos, referências históricas, depoimentos, manuscritos e obras que discutem o contato entre colonizadores e os grupos que habitavam o território denominado hoje de América Latina[1]. Para ele as “correntes migratórias das culturas do Pacífico para a América” formaram “um mundo cultural” (DUSSEL, 1993, p. 97-98). Devido a esse contato várias semelhanças podem ser encontradas nos hábitos das pessoas que viviam nessa rota oceânica. Para Dussel (1993, p. 99) “o Pacífico foi o centro cultural da proto-história ameríndia”. “O ameríndio, então, é asiático, mas habitante originário das costas ocidentais do pacífico especificamente” (DUSSEL, 1993, p. 96). Na última parte do livro o autor faz uma análise sobre a população latino-americana “como rostos que ficam ocultos à Modernidade” (DUSSEL, 1993, p. 160). Ele considera os “índios” como protagonistas da história:

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

O primeiro protagonista da história latino-americana posterior ao “choque” cultural de 1492, invisível para a Modernidade, são os índios, cuja história posterior já dura 500 anos. O índio resistirá durante séculos, sua vida cotidiana certamente será afetada de todas as maneiras pelos invasores - mesmo que não seja mais do que pela introdução dos instrumentos de ferro como o machado, que transformará completamente o trabalho agrícola, doméstico, etc. Brutal e violentamente incorporado primeiro à “encomenda” - exploração gratuita do trabalho indígena -, depois aos “repartimentos”, sejam agrícolas ou mineiros (a “mita” andina), para, finalmente, receber salários de fome nas “fazendas”, o índio deverá recompor totalmente sua existência para sobreviver numa opressão desumana: as primeiras vítimas da modernidade - o primeiro “holocausto” moderno, como o chama Russell Thornton (DUSSEL, 1993, p. 160).

Para Dussel “o segundo golpe fatal foi recebido do liberalismo do século XIX que, pretendendo impor uma concepção da vida ‘de cidadão’ abstrata, burguesa, individualizada, começou a impor a propriedade privada do campo” (DUSSEL, 1993, p. 160-161). Na primeira parte desta análise o autor faz referência ao “eurocentrismo” dizendo que “a ‘Periferia’ da Europa serve assim de ‘espaço livre’ para que os pobres, fruto do capitalismo, possam se tornar proprietários capitalistas nas colônias” (DUSSEL, 1993, 23). Segundo ele, “a América não é descoberta como algo que resiste distinta, como o Outro, mas como a matéria onde é projetado ‘o si mesmo’. Então não é o ‘aparecimento do Outro’, mas a projeção do ‘si-mesmo’: o encobrimento” (DUSSEL, 1993, p. 35). O autor ressalta que “o efeito daquela ‘colonização’ do mundo da vida se construirá na América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade” (DUSSEL, 1993, p. 51). Ele faz referência ao “Mito da Modernidade” dizendo que “a Modernidade, como mito, justificará sempre a violência civilizadora - no século XVI como razão para pregar o cristianismo, posteriormente para propagar a democracia, o mercado livre, etc.” (DUSSEL, 1993, p. 84).

O povo de Luzia, para Lopes (2017) com fósseis^[2] encontrados no sítio arqueológico em Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil, “seria simplesmente parte dessa grande onda inicial de expansão do *Homo sapiens* a partir da África. Alguns membros dessa raça de pioneiros foram para o sul, rumo às florestas tropicais do Sudeste Asiático” e/ou “outros lentamente foram explorando climas cada vez mais frios, até chegar à estepe gélida, mas rica em animais de grande porte, que unia a Sibéria à Beríngia e ao Alasca” (LOPES, 2017, p. 44-45). Para o autor “não precisaram atravessar o Pacífico de barco, portanto: chegaram aqui andando (lembre-se de que ainda não existiam animais de carga) ou, no máximo, usando a costa do pacífico como uma espécie via expressa”, que para ele “podia ser explorada com a ajuda de caiaques ou jangadas simples, o que permitiria um avanço

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

relativamente rápido de norte a sul das Américas” (LOPES, 2017, p. 44-45). Segundo Lopes (2017, p. 75) “caçadores-coletores são naturalistas por excelência - têm de ser, já que sua sobrevivência depende, em grande medida, do conhecimento detalhado das espécies animais e vegetais que os circundam” por “viverem em ecótonos[3], são capazes de montar uma biblioteca mental incrivelmente variada das diferentes possibilidades que encontram diante de si” (LOPES, 2017, p. 75). O pesquisador diz ter “ótimas razões para acreditar que a ação humana moldou boa parte da composição de espécies da Amazônia para seus próprios fins ao longo de milênios, tornando a mata muito mais amigável a transeuntes humanos do que provavelmente era antes que o *Homo sapiens* chegasse à América do Sul” (LOPES, 2017, p. 85). Ele faz referência às técnicas agrícolas dizendo que,

tanto aqui quanto em outros lugares do planeta, as técnicas agrícolas parecem surgir não muito depois do fim da Era do Gelo (grosso modo, a partir de dez mil anos atrás, portanto), um período de severas mudanças ambientais (como alterações) na estrutura da vegetação por causa do clima mais quente e mais úmido, além do sumiço de dezenas de espécies de grandes mamíferos) que teriam forçado os grupos de seres humanos a reformularem suas estratégias de sobrevivência (LOPES, 2017, p. 88).

Segundo Bueno & Dias (2015, p. 118) “o povoamento inicial da América do Sul não foi um processo homogêneo. Em termos cronológicos as evidências apontam para a ocupação de diversas regiões da América do Sul já em fins do Pleistoceno e início do Holoceno, com datas anteriores ou ao menos contemporâneas ao Horizonte Clovis na América do Norte” (BUENO & DIAS, 2015, p. 118). “Esses fenômenos podem ser mais bem entendidos se concebermos que o processo de povoamento das Terras Baixas Sul-Americanas incorporou os vales dos grandes rios como rotas para o interior do continente” (BUENO & DIAS, 2015, p. 119). Os autores fazem referência às pesquisas arqueológicas com o objetivo de “mudar o foco da discussão sobre o povoamento da América indo além de pedras e datas para discutir processos de ocupação e dispersão de grupos humanos que envolvem conhecimento, construção e transformação de paisagens e territórios” (BUENO & DIAS, 2015, p. 137). Bueno e Dias (2015) citaram em seu artigo a identificação de três rotas de migração: a rota da bacia do São Francisco, a rota da bacia amazônica e a rota da bacia do rio da Prata. Segundo eles “Para o Holoceno Inicial uma terceira rota de colonização do interior voltada para a região sul está representada pela Tradição Umbu[4]. Possivelmente esteve associada ao sistema fluvial dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai” (BUENO & DIAS, 2015, p. 136). No mapa abaixo podemos ver as possíveis rotas dos primeiros habitantes estudadas atualmente nos sítios arqueológicos:

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Mapa 01 - Principais rotas de interiorização da colonização do território entre o Pleistoceno e o Holoceno inicial.



FONTE: BUENO & DIAS, 2015, p. 134.

Os pesquisadores apontam que “na parte sul do país, uma questão-chave é a relação das primeiras ocupações nos Pampas e adaptações mais ao norte da Argentina e do Paraguai. Toda a parte sudoeste do país apresenta evidências de ocupações bem antigas que podem estar relacionadas a rotas de migração oriundas também do noroeste (Bolívia e norte da Argentina)” (BUENO & DIAS, 2015, p. 136).

Embora haja poucas evidências para essa área, as informações disponíveis parecem sustentar as propostas de Sauer (1944) e de Anderson e Gillian (2000), de que o *Chaco* boliviano parece ter sido um “hot spot” para a dispersão de populações no sul da América do Sul. Nesse cenário a bacia do rio da Prata poderia representar um primeiro caminho conectando os Andes com a Costa Atlântica, ou ainda com a bacia amazônica para o

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

norte. No Brasil - e provavelmente no Paraguai e nordeste da Argentina - esse fluxo de colonização, associado a indústrias bifaciais e composto por uma variada gama de pontas de projétil pedunculadas e triangulares, foi estimulado pela expansão do bioma da Floresta Atlântica ao longo do Holoceno Médio (Dias, 2012; Dias; Bueno, 2013) (BUENO & DIAS, 2015, p. 136).

Santos (2002, p. 86) cita centros de pesquisa que identificaram em sítios arqueológicos a hipótese de que a “ocupação humana do Sul do Brasil se deu primeiro pelo Oeste, indicando que os primeiros povoadores seguiram o curso da bacia do Paraná-Uruguai”. “Em Itapiranga, no extremo Oeste do estado (SC/BR), às margens do Rio Uruguai, encontram-se vestígios de ocupação humana que foram datados como tendo cerca de 8.000 anos. Mas, no Rio Grande do Sul, nos vales do Quaraí e Ibicuí, há referências que ultrapassam a 10.000 AP (Antes do Presente) ” [5]. Enquanto no litoral, na ilha de Santa Catarina, as referências mais antigas chegaram apenas a 5.000 AP. Ao falar sobre as relações entre europeus e Mbyá-Guarani na região Sul do Brasil, em meados do século XVI, Silvio Coelho dos Santos (2002, p. 88-89) diz que “foram os Carijó que passaram para os europeus, nesta parte da América, os saberes fundamentais à sua sobrevivência no espaço geográfico que estavam invadindo. Esses saberes chegaram até nós, absorvidos que foram pela população que acabou dominante”. Para Santos (2002, p. 89) o nome Carijó foi dado pelos europeus para os Guarani que viviam no litoral Sul. Esse povo desfrutava de tudo o que a natureza oferecia. Com a prática da agricultura de subsistência “conheciam diferentes variedades de milho, de feijão, de mandioca, e de abóbora, que cultivavam em pequenas roças de coivara. Plantavam ainda o algodão, o fumo, a cabaça e um número expressivo de plantas medicinais” (SANTOS, 2002, p. 88-89). Cabe aqui ressaltar que os

povos indígenas que se sucederam na ocupação de espaços geográficos como o Sul do Brasil, mantiveram disputas fortes entre si, principalmente para alcançar os recursos proteicos existentes, tanto no litoral, como no interior. A Região Sul, nesse sentido, era privilegiada por contar com a presença periódica de cardumes em seu litoral. Peixes como a tainha e a anchova, em certas épocas do ano, podiam ser capturados facilmente em grandes quantidades. Os moluscos, representados por mariscos, berbigões e ostras podiam ser coletados o ano inteiro. Baleias e outros seres marinhos de porte tinham presença constante no litoral, e em algumas situações tornavam-se bastante vulneráveis à captura. No interior, nas terras altas do planalto, onde as matas de araucária, devido a fatura do pinhão, reuniam extensa e variada fauna, uma outra fonte permanente de proteína estava à disposição de populações especializadas na caça e na coleta. Provavelmente, nesse território do planalto, o domínio foi dos antecedentes dos Xokleng/Naklanõ e dos Kaingang. As disputas por territórios que tivessem fartura de alimentos, portanto, aconteceram entre diferentes povos, muito antes da chegada dos europeus (SANTOS, 2002, p. 86) [6].

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Tassinari (1995, p. 447) comenta que “mesmo as ‘sociedades indígenas’ e a ‘nossa sociedade’, numa perspectiva mais ampla, podem ser identificadas. Neste caso, reconhecemos como semelhantes aquelas características que são comuns à espécie humana”. Para ela “todos nós atribuímos significado ao mundo e às nossas ações, todos nós vivemos em sociedades e estabelecemos maneiras de relacionamento entre as pessoas, todos nós elaboramos formas de contar o tempo e de explicar o devir histórico, por exemplo” (TASSINARI, 1995, p. 447). Ela esclarece que “atualmente, reconhece-se que, como código de significados compartilhados socialmente, toda cultura passa por mudanças. Ou seja, a cultura não se define mais enquanto um conjunto fixo de costumes, artefatos e crenças que podem ser armazenadas ou resguardadas em museus ou livros independentemente das pessoas”. Para ela “cada pessoa, já que ninguém é igual ao outro, tem maneiras próprias de interpretar sua tradição, tem traços pessoais que imprime às formas de agir e aos objetos que produz”. Ela reafirma que “uma importante consequência disto é que as culturas, ao passarem por transformações, continuam diferentes umas das outras. Não existe uma história única a ser trilhada por todos os povos”. Ela considera que “se uma sociedade indígena passa por alterações, ela não precisa necessariamente mudar no sentido da nossa sociedade e tornar-se ‘igual a nós’” (TASSINARI, 1995, p. 447-448). Veja no mapa abaixo as aldeias indígenas em Santa Catarina:

Mapa 02 - Povos indígenas em Santa Catarina



FONTE: BRIGHENTI, 2012, p. 38.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Ribeiro (2017, p. 58) comenta que “enquanto a indiada era desfeita nos engenhos da fé cristã, mais índios foram queimados como o carvão humano da civilização. A dimensão desse genocídio pode ser avaliada pela redução da população indígena americana no primeiro século”, sendo “superior a 100 milhões em 1500, se viu reduzida a menos de 10 milhões em 1825”. Para o autor “contribuíram para esta depopulação espantosa muitos fatores. O principal deles foi, certamente, a contaminação dos índios pelas pestes do homem branco. O velho mundo de europeus, asiáticos e africanos constituiu sempre um único circuito de contágio”. Ele diz que “no primeiro século a mortalidade foi de fator 25. Quer dizer, onde existiam vinte e cinco pessoas originalmente, sobrou uma. Estas pestes eram a varíola, o sarampo, a malária, a tuberculose, a pneumonia, a gripe, a papeira, a coqueluche, a cárie dentária, a gonorreia, a sífilis etc., etc” (RIBEIRO, 2017, p. 58-59). O autor faz uma reflexão sobre a atualidade onde podemos “prefigurar nossa futura federação latino-americana como um conjunto de nações que venham a incorporar no seu seio alguns povos indígenas originais das Américas” e “lavados das feridas da exploração, curados dos vexames da opressão, eles se reconstruirão como culturas autênticas para florescer outra vez como civilizações autônomas” (RIBEIRO, 2017, p. 64). Brandão (1986, p. 7) inicia o livro com a capítulo “O outro: esse difícil” e aponta que “o diferente é o outro, e o reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade”. (BRANDAO, 1986, p. 7). E questiona:

O que significa dizer que 87 grupos tribais desapareceram da história da vida do País (Brasil) em menos de 60 anos? Para algumas pessoas esta é uma simples questão demográfica. Desapareceram 87 grupos sócio-culturais, algumas centenas de aldeias, alguns milhares de sujeitos indígenas... Mas para outros isto significa muito mais. Junto com pessoas, famílias, aldeias, clãs, tribos extintas ali onde terão vivido centenas, talvez milhares de anos, desapareceram também modos únicos de viver, de ser-nos-mundo; de relacionar-se com a natureza, de produzir os bens materiais da vida e os meios simbólicos de pensar o mundo, a vida e a ordem social da tribo. Desapareceram línguas, muitas delas de uma incomparável riqueza e complexidade. Desapareceram para sempre culturas indígenas únicas (BRANDAO, 1986, p. 53).

O psicólogo e antropólogo analisa que “sobreviver aos efeitos destruidores das ações de força do contato, de suas ameaças de roubo de terras, lutas impostas e doenças trazidas, importa para o índio o enfrentamento da questão de como sobreviver aos efeitos redefinidores de sua vida e identidade” porque ele passa a ser “um produtor-consumidor dependente”. “Este é o momento em que a autonomia da sociedade tribal transforma-se na dependência que muitas vezes resulta na marginalidade”. Silva (1995, p. 351) observa que a situação ideal da sociedade indígena se modifica com a chegada dos não-índios: “o território

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

indígena preservado há milhares de anos e de onde os povos indígenas tiram seu sustento é tragicamente diminuído. Eles devem adaptar-se a um espaço muito menor e, às vezes, ecologicamente muito mais pobre”. Segundo ela, “pela pressão exercida pela sociedade nacional devem vestir-se, precisam de remédios industrializados, porque passam a adquirir doenças para as quais não tem anticorpos e nem conhecem tratamento” (SILVA, 1995, p. 351), “devem procurar trabalho assalariado para, com a dinheiro que recebem, adquirir aqueles bens que necessitam. Ou, então, criar novas alternativas para sua sobrevivência e autonomia” (SILVA, 1995, p. 353).

Para o antropólogo Viveiros de Castro (1990, p. 125) os povos amazônicos “desenvolveram tecnologias sofisticadas, infinitamente menos disruptivas das regulações ecológicas da floresta que os procedimentos violentos e grosseiros utilizados pela sociedade ocidental”. Ele aconselha “que esse saber indígena pudesse ser estudado, difundido e valorizado urgentemente; que ele poderá ser, em última análise, o passaporte para a sobrevivência, no mundo moderno, das sociedades que o produziram” (VIVEIRO DE CASTRO, 1990, p. 125). Mota (1986, p. 303) alerta que devemos “evitar os equívocos e mitos de uma possível ‘ideologia da cultura latino-americana’, da Latinoamericanidad fácil, que seria uma espécie de visão freyreana do Brasil ampliada para todo o subcontinente - e que aliás algumas esquerdas engolem” (MOTA, 1986, p. 303). O autor propõe que deve-se levar em consideração a diversidade histórico cultural dos diferentes povos, os tipos de dependência diferentes combinados com formas de estratificação social conforme a região, legitimação dos diversos sistemas sócio-políticos, a avaliação de experiências de passagem para uma ordem democrática inconclusas (Chile, Brasil, Nicarágua), o tratamento dispensado às “minorias” conforme a região: índios, negros, mulheres, homossexuais, o peso da TV e da indústria cultural, o controle das agências de notícias, a criação e a avaliação de novos projetos de investigação interdisciplinares e a participação das universidades na elaboração de políticas culturais alternativas (Ensino/ Pesquisa/ Extensão) (MOTA, 1986, p. 304-305).

2.1 O grupo Mbyá-Guarani no *tekoá vy’a*

A aldeia pesquisada se chama *tekoá vy’a*, Aldeia Feliz, e está situada na localidade de Águas Claras em Major Gercino, região Noroeste da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. Desde a década de 1990 o grupo que habita atualmente a aldeia *vy’a* e que anteriormente residiu em outras terras busca alternativas em conversas com representantes governamentais para dar continuidade às formas ditas por eles “tradicionais” de se viver como Mbyá-Guarani. As terras foram adquiridas em 2007 com recursos advindos do convênio entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT e a

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Fundação Nacional do Índio/FUNAI pela duplicação da BR-101 trecho Palhoça (SC) - Osório (RS), sendo Reserva Indígena. Algumas famílias permaneceram na antiga localidade onde residiam em Morro dos Cavalos (Palhoça, Santa Catarina, Brasil) e aguardam indenização. Nesse projeto governamental em média trinta aldeias de diferentes grupos foram impactadas (DARELLA; GARLET; ASSIS, 2000). No *tekoá vy'a* residem atualmente 27 famílias, sendo 120 pessoas em 129 hectares, existem moradias tradicionais construídas por eles, feitas com barro e moradias de alvenaria que foram doadas pelo convênio com o governo.

Mapa 03 - Município de Major Gercino, região noroeste da Grande Florianópolis.



FONTE: CIASC (2018); Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas (2006).

O grupo sobrevive a partir dos produtos provenientes da agricultura de subsistência que vem sendo retomada com mais ênfase a partir da ocupação da nova terra que oferece condições melhores do que as terras onde viviam anteriormente no Morro dos Cavalos, *tekoá itaty*. Em função dessa nova situação eles estão buscando retomar o cultivo de espécies ligadas à sua tradição alimentar. Atualmente eles possuem criação de animais como algumas espécies de galinhas, porcos, plantam milho, batata-doce, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, melancia, abacaxi, amora, banana, mamão, amendoim, maracujá, utilizam mel e plantas medicinais, além de uma horta com alimentos incorporados à sua tradição alimentar como alface, cebolinha e salsinha[7]. Até recentemente recebiam cestas básicas. Além disso, recebem eventualmente doações em dinheiro, alimentos e roupas de particulares ou instituições. Na saúde, recebem visita de um agente[8] municipal a cada quinze dias e aliam a medicina atual com os saberes do pagé, o líder espiritual *xeramõi*.

No caso Mbyá-Guarani a prática diária da alimentação dita por eles como “tradicional” com a plantação de sementes herdadas de parentes, com a influência da lua, sem a utilização de

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

insumos químicos, a prática de coleta na mata e o reconhecimento do papel da biodiversidade são essenciais para a continuidade dos saberes femininos (TEMPASS, 2010). São as mulheres que detém esse saber repassado de uma geração para outra. Esses sistemas alimentares dos povos originários passaram por adaptações e ressignificações com o passar dos anos desde o início da colonização europeia no Sul do Brasil e das relações interétnicas estabelecidas no novo contexto de contato no território. Com essa nova relação um desses grupos, o Mbyá-Guarani, foi obrigado a modificar drasticamente seu modo de vida e seu sistema alimentar (SILVA, 2003; 2008). Atualmente sobrevivem da renda de aposentadoria, trabalhos sazonais, venda de artesanato, há professores, merendeira e agente de saúde. Compram alimentos, há eventuais doações de parceiros locais e regionais, fazem roça e utilizam uma pequena mata e água limpa de um córrego, mas não é a realidade de todas as outras aldeias Mbyá-Guarani.

3. O desenvolvimento regional e a identidade

Para Theis (2016, p. 94) “estratégias eficazes são, portanto, aquelas que radicalizam processos democráticos, de ativa participação dos indivíduos e das comunidades, tanto na formulação quanto na execução de planos” e “que aprofundem experiências fundadas no protagonismo dos produtores diretos e confirmam centralidade à dignidade da gente e da natureza”. Aponta tendências em curso: “o modelo de desenvolvimento vigente continua a beneficiar uma pequena fração das elites dominantes do subcontinente. As perspectivas são de sua continuidade e, mesmo de seu aprofundamento”. Conclui dizendo que “os desafios envolvem a contestação deste modelo de desenvolvimento e a consideração de outras modalidades de organização na produção, de outras relações com a natureza, de outras formas de interação entre os indivíduos” (THEIS, 2015, p. 54). Para Theis (2015, p. 58) “o desafio está, pois, na construção democrática do futuro para dentro do tempo que ainda está por vir. A partir do histórico de resistências e contestações”. “O desafio que se apresenta aos povos latino-americanos - os índios, os negros africanos, os mestiços... - é o de inventar (ou viver) territórios alternativos, que contemplem relações solidárias entre os indivíduos e respeitadas entre estes e a natureza”.

A pesquisadora Ana Cecilia Dinerstein (2015) em “The politics of autonomy in Latin America: the art of organising hope in the twenty-first century” discute teorias e apresenta organizações que relacionam na prática o conceito de “autonomia”. Ela afirma que “in Latin America, autonomous practices have been imagined, framed and organised in remarkably creative ways, coping with poverty, tackling the ‘absence’ of the state policy” (DINERSTEIN, 2015, p. 33). Dinerstein ressalta a autonomia ou auto-determinação como

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

resistência das cosmologias indígenas:

In addition to this, while it is generally accepted that the (relatively new) indigenous demand for selfaffirmation and self-determination (autonomy) must be seen in the light of five hundred years of resistance in defence of indigenous cosmologies, traditions, habits and customs and, against colonial power, the implications of this for a conceptualisation of current forms of indigenous autonomies have not been entirely understood in the non-indigenous world (DINERSTEIN, 2015, p. 33).

Para ela “indigenous peoples’ collective identity is a weapon to negate a reality that oppresses and invisibilises their struggle or in the best case scenario, recognizes it in a colonial fashion (i.e. multiculturalism)” (DINERSTEIN, 2015, p. 49). É a identidade indígena e a força da coletividade que atualiza a tradição. A autora traz o exemplo do grupo Aymara dos Andes. “That indigenous people’s defence of memory constitutes their *present* form of resistance, a resistance that brings the ‘past’ into the future. Aymara people ‘are’ Aymara. They have not stopped being Aymara or will return to being Aymara in the future. Aymara is a form of being, not an external identity that can be changed or manipulated politically” (DINERSTEIN, 2015, p. 49). Para Dinerstein, “a significant problem in the theorisation of indigenous autonomy is that indigenous people are positioned vis-à-vis the state and the law, and subsumed in capital in very different ways than non-indigenous people” (DINERSTEIN, 2015, p. 54). A autora ressalta que “when hope is organised, the process of valorisation of capital is contested (DINERSTEIN, 2015, p. 210)”.

Surely, while indigenous struggles are part of a global struggle for a post development, post patriarchal, post capitalist and post colonial world, the analysis of such struggles cannot rely on concepts that reinforce theoretical and political subordination of the indigenous resistance to the specific forms of radicalization of the north and/or are inadequate to inform both the reality of the indigenous autonomy as it is practiced on daily basis and their paradigms of life that underpin it.(DINERSTEIN, 2015, p. 57).

Os Mbyá-Guarani têm propostas alternativas de desenvolvimento, como todos os grupos indígenas e devemos ouvi-las para que proponham a sua própria visão de política de desenvolvimento local e regional. Cada grupo pode contribuir decisivamente para a continuidade de sua tradição com ações cotidianas, o que já está sendo praticado no *tekoá vy’a* de Major Gercino (SC). Eles estão permanentemente interessados e organizados[9] para dar continuidade às suas práticas alimentares pela valorização de suas sementes tradicionais, um patrimônio genético, através da agricultura de subsistência em suas terras. Eles buscam parceiros para fortalecer sua cultura e continuar a praticar no cotidiano suas

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

atividades identitárias que reforçam o modo de ser Mbyá. A demarcação de terras se faz fundamental nesse processo.

4. Considerações Finais

Consideramos um grande desafio o trabalho de campo que consiste em colher os depoimentos dos moradores do *tekoá vy'a* Mbyá-Guarani, sendo crianças, jovens, adultos e idosos, seus hábitos alimentares, as receitas culinárias de família, a observação do cotidiano na aldeia e a tradução para a universo acadêmico. Apoiadas nas leituras, aulas e orientações esperamos concluir com êxito esse processo. Pretendemos com a tese que está em andamento subsidiar políticas públicas e ações afirmativas para o desenvolvimento regional do grupo Mbyá-Guarani, com ênfase na problemática alimentar.

[1] “Em 1856 aparecieron los primeros registros del nombre propio y colectivo “América Latina” en escritores e intelectuales hispano-americanos” (NERCESIAN & ROSTILA, 2014, p. 20). “El nombre América Latina no es una identidad espontánea y natural, ni siempre implicó lo mismo. Es una unidad ‘histórica’” (NERCESIAN & ROSTILA, 2014, p. 24).

[2] Foram encontrados fósseis variando entre 5,5 e 1,2 milhões de anos, com espécies diferentes: *ramidus*, *africanus*, *afarensis* e *boisei*. O surgimento do Homo foi há aproximadamente 2,2 milhões de anos. *Homo habilis* e, posteriormente, o *Homo erectus*, surgido há 1,6 milhão de anos. Responsável pelas primeiras evidências da fabricação de ferramentas e uso do fogo, foram os primeiros hominídeos a deixarem a África e se espalharem pelo velho continente, chegando até a região da china e de java. Há menos de 400 mil anos surgiu o *Homo sapiens*, com uma das espécies mais famosas dos *neandertalenses*, que habitou a Europa e regiões do Oriente Médio. O humano moderno *sapiens sapiens*, há 35 mil anos. Exames de DNA revelam que todos os humanos que existem hoje são descendentes de um mesmo grupo que teria vivido há 150 mil anos na África (GUERREIRO, 2000, p. 21-22).

[3] “Ecótonos são lugares onde dois ambientes diferentes se tocam, às vezes formando uma gradação suave entre um e outro, às vezes numa transição mais brusca” (LOPES, 2017, p. 75).

[4] Segundo o jesuíta e arqueólogo João Alfredo Rohr (1973) os vestígios mais antigos foram

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

localizados no município de Itapiranga, extremo oeste de Santa Catarina, pertencem à tradição Umbu e datam de 12.000 anos AP (ROHR, 1973, p. 49 e 58), considerados atualmente como possíveis ascendentes dos grupos Guarani, Kaingang e Xokleng/Naklanõ.

[5] Tradicionalmente estes grupos Guarani que compreendem os Ñandeva, Kaiowá e Mbyá habitavam um vasto território entre o Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo e, atualmente, encontram-se confinados em pequenas ilhas com algumas aldeias sem a devida demarcação regularizada pelo Estado (BRIGHENTI, 2012; LADEIRA, 2008). A população Guarani no Brasil em 2008 era estimada em torno de 51.000 pessoas, entre os Kaiowá (31.000), Ñandeva(13.000) e Mbya (7.000). No Paraguai o Censo Nacional Indígena de 2002 contabilizava a população indígena guarani em 43.080 pessoas, entre os Pai Tavyterã / Kaiowa (12.964), Ñandeva (15.229) e Mbya (14.887). Na Argentina a população guarani é quase exclusivamente Mbya e concentra-se na província de Misiones em torno de 5.500 pessoas. A população Ñandeva na Argentina é estimada em cerca de 1000 pessoas (CTI/G. Grünberg, 2008). A população Mbya atual estaria, segundo essas projeções, em torno de 27.380 pessoas. As informações estão disponíveis no endereço: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani_Mbya.

[6] Em Montevideo no Uruguai há o Museo de Arte Precolombino e Indígena (MAPI). Mais informações: <http://www.mapi.uy/>.

[7] Algumas espécies de sementes frutíferas, feijão, moranga e erva-mate nativas foram doadas por colecionadores e parceiros locais e regionais para a aldeia.

[8] Os moradores da aldeia recebem visitas da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

[9] Ver Comissão *Nhemonguetá* organização tradicional de Caciques e lideranças do Povo Indígena Guarani do litoral e Comissão Guarani *Yvyrupa* (CGY).

5. Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRIGHENTI, C. Povos Indígenas em Santa Catarina. In Notzold, A., Rosa, H., Bringmann, S.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

(org.). Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate. Ed. Palotti, Porto Alegre, p. 38.

BUENO, Lucas & DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto. Revista Estudos Avançados 29 (83), 2015. Disponível via < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n83/0103-4014-ea-29-83-00119.pdf> > Acesso em 23/04/2018.

DARELLA, Maria Dorothea Post; GARLET, Ivori José; ASSIS, Valéria Soares de. Estudo de Impacto: as populações indígenas e a duplicação da BR 101, trecho Palhoça/SC - Osório/RS. Florianópolis - São Leopoldo, 2000. Disponível via < https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.antropowatch.com.br%2Fcariboost_files%2FTX3_201_20eia-rima.doc > Acesso em 10/11/2014.

DINERSTEIN, Ana Cecilia. The politics of autonomy in Latin America: the art of organising hope in the twenty-first century - associate professor, Department of Social and Policy Sciences, University of Bath, UK, 2015.

DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro (a origem do mito da modernidade). Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

GUERREIRO, Silas, "As origens do antropos". In: GUERREIRO, Silas (org.). Antropos e psique: o outro e sua subjetividade. São Paulo: Editora Olha d'Água, 2000.

LOPES, Reinaldo José. 1499: a pré-história do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

Mapa - Área da presença Guarani. Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível via < <https://mirim.org/terras-indigenas?page=2> > Acesso em 27/04/2018.

MOTA, Carlos Guilherme. As ciências sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983). In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (orgs.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, p. 278-305.1986.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

NERCESIAN, Inês & ROSTILA, Julieta. Todo lo que necesitas saber sobre América Latina. Buenos Aires: Paidós, 2014.

RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. 3 ed. São Paulo: Global, 2017, p. 57-69.

ROHR, Alfredo J. O sítio arqueológico do Balneário de Cabeçadas. Ciência e Cultura. (Suplemento). São Paulo: SBPC, v. 22, n.6, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. "Notas sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina". In: PEREIRA, Nereu do Vale et al. (orgs.). A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

SILVA, Joana A. Fernandes. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: SILVA, Aracy Lopes de; GRUPIONI, Luíz Donisete Benzi (orgs.). A temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1^o. E 2^o. graus. Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995, p. 343-367. Disponível via <
http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf> Acesso em 22/01/2018.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves da. O papel da mulher no processo de adaptação alimentar dos imigrantes europeus em Blumenau. Fazendo Gênero 8. Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: 2008. Disponível em <
http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST6/Marilda_Checcucci_Goncalves_da_Silva_06.pdf>. Acesso em 27/10/2014.

_____. A Alimentação e a Culinária de Imigração Europeia no Vale do Itajaí. Blumenau/Edifurb, Revista de Divulgação Cultural O Humano. No. 80, maio/agosto de 2003.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Sociedades Indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. In: SILVA, Aracy Lopes de; GRUPIONI, Luíz Donisete Benzi (org.). A temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1^o. E 2^o. graus. Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995. Disponível via <
http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf> Acesso em 22/01/2018.

TEMPASS, Martín César. "Quanto mais doce, melhor": Um estudo antropológico das

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani. [Tese de Doutorado]. Orientador: Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: fevereiro de 2010. Disponível em <
<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000748441&loc=2010&l=9a05df39af9a9caf> > Acesso em 18/03/2013.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, jul./dez. 2016, p.79-97.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. O perspectivismo ameríndio ou a natureza em pessoa. Ciência & Ambiente. UFSM. v. 1, n.1, jul. 1990, p.123-132.